
V. 9, N. 3, JUL./SET. 2019

CARLA TEIXEIRA DA MOTA

Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Brasil

✉ carlateixeiradamota@hotmail.com

DANIELE NESPOLO

Universidade de Caxias do Sul,
Brasil

✉ nespolo.daniele@gmail.com

ANA CRISTINA FACHINELLI

Universidade de Caxias do Sul,
Brasil

✉ afachinelli@gmail.com

ARTIGO

Editor

Alfredo Passos

profdrpassos@gmail.com

RECEBIDO EM: 2019-04-24

APROVADO EM: 2019-10-01

© ATELIE BRASIL

Rua Pe. Guilherme Pompeu, nº 1,

Centro- Santana de Parnaíba

06501-055 - São Paulo - Brasil

FUNDOS DE INVESTIMENTO: APLICAÇÕES EM RENDA FIXA

INVESTMENT FUNDS: APPLICATIONS FIXED INCOME

Resumo: Este estudo aborda os investimentos em Renda Fixa, fazendo uma análise detalhada de cada tipo de investimento, ressaltando suas rentabilidades e garantias. O capital a ser investido e a opção de correr mais ou menos risco de investimento e conhecimento com relação ao mercado de capitais depende de cada investidor. Renda Fixa é o tipo de investimento que não possui perda, possui remuneração ou retorno de capital investido dimensionado no momento da aplicação. Verificou-se que o investidor sabe desde o momento da compra de determinado ativo financeiro, qual vai ser seu retorno no final do prazo, seja em valor nominal. Os resultados apontaram ainda, que a diferença entre Renda Fixa e Renda Variável é que este não garante uma rentabilidade ou ganho de capital, podendo até perder dinheiro.

Palavras-chave: Fundos de Investimento; Aplicações; Renda Fixa.

Abstract: This study addresses investments in fixed income, making a detailed analysis of each type of investment, highlighting their returns and guarantees. The capital to be invested and the option of running more or less investment risk and knowledge with respect to the capital market depends on each investor. Fixed Income is the kind of investment that does not have lost, have a compensation or return of capital invested sized at the time of application. It was found that the investor knows from the time of purchase of a particular financial asset, which will be his return at the end of term, either in nominal value. The results also indicated that the difference between Fixed Income and Equities is that this does not guarantee a profit or capital gain and may even lose money.

Keywords: Investment Funds; Investments; Fixed Income.

I INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo mostrar o que é Renda Fixa, como esses investimentos são classificados e quais as principais modalidades de aplicações financeiras em Renda fixa. Geralmente o ponto de referência deste tipo de investimento é o CDI, que é a taxa de juros diária cobrada nos empréstimos entre bancos. Ao se comprar um título de Renda Fixa, compra-se um fluxo de caixa fixo expresso em moeda nacional.

A Renda Fixa, não está indicada apenas para investidores conservadores, todos os investidores independentes de perfil podem direcionar uma parte de seus investimentos ou economias em Renda Fixa. Por ser uma aplicação menos volátil do que a aplicação de Renda Variável, essa é indicada para o investidor que deseja manter seu patrimônio.

A maior parte dos autores define Renda Fixa, como o mercado de títulos que possuem prazos de vencimentos, onde se resgata o valor investido mais os juros (remuneração sobre o capital), sendo de suma importância saber que ao adquirir uma ação de uma empresa o investidor torna-se sócio dessa e ao adquirir um título de Renda Fixa se torna credor dessa empresa.

A grande atratividade desse mercado, é dada pela variedade de títulos disponíveis, desde os mais simples como a poupança até o mais complexo de estruturas como os títulos que pagam cupons que são emitidos em outros países, ou mesmo os fundos de investimentos.

Portanto, o princípio básico a ser seguido ao escolher em investir e fundos, o investidor que deseja aplicar os seus recursos, deverá analisar em termos de probabilidade de risco e retorno, este investimento deve estar sintonizado com seus objetivos financeiros desejáveis para o tempo em que ele pretende manter os seus recursos aplicados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceitos de Investimentos

Os fundos de investimento tornam-se uma opção de investimento para todos os tipos de investidores, pois seus diferentes tipos existentes aumentam a possibilidade de que o investidor venha a obter ganhos favoráveis.

Um aspecto importante dos fundos é o chamado condomínio (grupos de investidores), onde “embora os aplicadores tenham o direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem ao mesmo tempo, isto é, sempre fica uma grande soma disponível, que pode ser aplicada em títulos mais rentáveis” (FORTUNA, 2003, p. 364).

Os recursos investidos nos fundos são captados e administrados por instituições financeiras autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que por sua vez aplicam esses recursos no mercado financeiro respeitando as regulamentações específicas de cada fundo.

“A importância dos fundos de investimento para o mercado de capitais, e para um país, dá-se em razão da grande quantidade de recursos que estes administram, da maior liquidez que fornecem aos mercados em que participam e da exigência de uma maior transparência das empresas” (KLAPPER, et. al, 2004, p.2).

De acordo Art. 5º da Lei de Nº 9.779 de 19 de Janeiro de 1999 “os rendimentos auferidos em qualquer aplicação ou operação financeira de renda fixa ou de renda variável sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, mesmo no caso das operações de cobertura (hedge), realizadas por meio de operações de swap e outras, nos mercados de derivativos”.

O Investimento é originário da economia, com grande importância para as organizações, em seu sentido economico, significa utilizar recursos disponíveis, no tempo presente, visando obter mais recursos no futuro. A forma mais simples de explicar investimento é conceituando como qualquer ato ou ação que implique renunciar recursos no presente na expectativa de ampliar seus recursos no futuro.

Para Regis (2011), considera-se investimento a situação na qual ocorre inversão de capital de alguma forma, podendo ser em um projeto novo, na compra de uma empresa etc., buscando com isso criação de valor, ou seja, recuperação do valor investido (principal), mais uma rentabilidade do investimento (taxa de juros) em determinado prazo.

Olivo (2013) aborda a palavra investimento como sendo utilizada no cotidiano das sociedades modernas, podendo ser encontrada facilmente, em manchetes de jornais, internet, declarações de políticos e autoridades sobre o assunto, resultando em um contexto que pode ser confuso para a compreensão daqueles que são leigos e se baseiam apenas na leitura dos jornais ou na divulgação midiática.

Percebe-se, claramente, que uma grande parte da população não tem conhecimento sobre as alternativas de investimentos oferecidos pelas instituições, o que faz com que permaneçam aplicando sua poupança naquelas alternativas de investimento mais tradicionais, com preferência na caderneta de poupança.

2.2 O Dinheiro no Brasil

Na época colonial, circulavam poucas moedas pelo território brasileiro. A economia era baseada principalmente a base de trocas, usando produtos de valor (algodão, açúcar e fumo). As poucas moedas que circulavam aqui eram cunhadas em Portugal.

Nomes das moedas que circularam no Brasil desde 1500 de acordo com informações obtidas pelo Banco Central.

- a) Real: nome da moeda que vigorou no Brasil desde o início da colonização (1500) até 1942.
- b) Cruzeiro: criado no governo do presidente Getúlio Vargas, em 5 de outubro de 1942. Ao criar o Cruzeiro, o governo realizou o corte de zeros e estabeleceu que cada Cruzeiro seria equivalente a mil réis.
- c) Cruzeiro Novo: entrou em circulação em 13 de fevereiro de 1967, durante o regime militar. Circulou até 14 de maio de 1970. Durante sua implantação, o Cruzeiro perdeu três zeros.
- d) Cruzeiro: voltou a ser utilizado em 15 de maio de 1970, sem corte de zeros.
- e) Cruzado: entrou em circulação em 28 de fevereiro de 1986, durante o Plano Cruzado no governo de José Sarney. Houve o corte de três zeros em relação ao Cruzeiro.

f) Cruzado Novo: novamente, em função da inflação elevada, houve a criação de uma nova moeda e o corte de três zeros em relação a moeda anterior. Entrou em circulação em 16 de janeiro de 1989.

g) Cruzeiro: em 16 de março de 1990, durante o primeiro ano do Governo de Fernando Collor, a moeda retomou o nome de Cruzeiro. Nesta mudança não ocorreu corte de zeros.

h) Cruzeiro Real: já em preparação para o Plano Real, o governo de Itamar Franco criou o Cruzeiro Real que entrou em circulação em 1 de agosto de 1993. Houve o corte de três zeros.

i) Real: moeda que entrou em circulação em 1 de julho de 1994, durante o Plano Real, implementado no governo de Itamar Franco. Os brasileiros tiveram que trocar a moeda antiga pela nova (2.750 Cruzeiros Reais por 1 Real). O Real (R\$) é a moeda em circulação até os dias de hoje.

3 MÉTODO DE PESQUISA

O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi de caráter exploratório por meio da coleta de dados secundários, através de pesquisa bibliográfica em artigos científicos, monografias e livros. De acordo com Gil (2002, p.41), “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou construir hipóteses, o objetivo principal é o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições”.

Segundo Oliveira (2000), o método qualitativo é considerado mais exploratório e que auxilia na pesquisa científica, ele mensura as categorias e atributos da pesquisa. Esse método baseia-se no emprego das modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, tendo em vista a intenção de garantir precisão dos resultados e assim evitar distorções na interpretação.

4 POSSIBILIDADES DA RENDA FIXA

4.1 Histórico da Renda Fixa

Tanto o histórico de instabilidade macroeconômica no Brasil concentrou a poupança privada no segmento de renda fixa nas últimas décadas com as incertezas relacionadas à trajetória das principais variáveis como câmbio, inflação e resultados fiscais do governo contribuíram para manutenção das taxas de juros domésticas em patamares elevados, atraindo os recursos dos investidores, geralmente a prazos extremamente curtos.

No entanto, a concretização de um cenário estável nos últimos anos e assim com redução dos riscos para a economia, está mudando o padrão de financiamento dos títulos públicos.

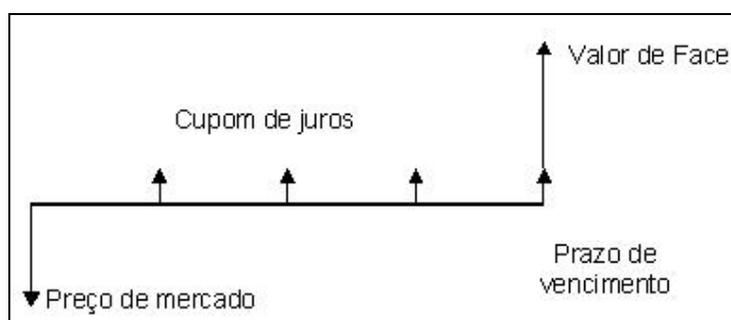
O Tesouro Nacional vem aumentando os prazos e mudando o perfil do conjunto dos títulos de sua responsabilidade, no mesmo sentido, com a perspectiva de equilíbrio das taxas de juros, os investidores mudam sua astúcia de risco, ou seja, consideram expor seus investimentos em renda fixa a prazos mais alongados e a

diferentes tipos de remuneração, visando a auferir maiores ganhos. Em épocas de crise, os investidores ficam mais criteriosos e com receio aos riscos, mesmo que a decisão represente que os ganhos serão menores.

Para entender o retorno do investimento, deve-se conhecer alguns conceitos: valor de face ou valor nominal é valor que o investidor receberá no vencimento do título e sobre o qual incide juros e Cupom de juros refere-se ao valor periódico de juros pago ao investidor durante a vigência do título: A taxa do cupom (%) multiplicada pelo valor de face fornece o valor em dinheiro do cupom. Já a TIR (Taxa Interna de Retorno) é a taxa interna de retorno do título, relacionando todos os fluxos de caixa futuros com o preço de mercado.

Abaixo, apresenta-se o prazo do retorno do investimento, exemplificado pela Figura 1.

Figura 1 – Prazo de retorno do investimento



Fonte: Site Como Investir (2015).

Exemplo 1: Cupom de juros a 10 % ao ano, pagos anualmente.

Valor de face é de R\$ 1.000,00, os juros são de 10% a cada R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 100,00.

Exemplo 2: Cupom de juros a 14 % ao ano pagos semestralmente.

Valor de face é de R\$ 1.000,00, os juros são de $(14\% \div 2)$ a cada R\$ 1.000,00 resultando em 70,00.

Preço de mercado (PU): é o preço que o título está sendo negociado.

Prazo de vencimento ou maturidade: é o prazo de resgate do título.

Emissor: é quem emite o título.

Credor: é o investidor que adquire este título.

4.2 Investimento em Renda Fixa

Renda Fixa é todo investimento em que o gestor sabe o que vai receber normalmente, o percentual da Renda Fixa está ligado a alguma das três taxas, CDI, SELIC ou Inflação (perda do poder de compra ou para verificar quanto os produtos estão mais elevados).

CDI e SELIC estão relacionados um com o outro; SELIC é a taxa que o governo paga para quem empresta dinheiro para ele (governo). Exemplos: Investidores Internacionais, assim como o cidadão que investe dinheiro em fundos nomeados renda fixa e títulos do tesouro.

Hoje, a taxa da SELIC está em 11% ao ano, esse valor é utilizado para criar o CDI que é a taxa que os Bancos emprestam dinheiro uns para os outros.

O CDI fica em volta da SELIC, sendo um pouco maior, quando tem dinheiro no mercado, ou seja, quando todo mundo está querendo emprestar dinheiro, acaba conseguindo por menos. As maiores partes dos investimentos pagam em volta da CDI e SELIC. Exemplo a Poupança remunera 70% da SELIC 5,6% ao ano, e os CDBs remuneram 90% a 105% do CDI, sendo que 100% do CDI=8% ao ano de lucro.

A Renda Fixa é uma aplicação na qual o investidor compra títulos de bancos, empresas ou do governo e recebe uma rentabilidade que pode ser determinada já no momento da aplicação. A rentabilidade será o valor da aplicação, mais os juros pelo período em que o dinheiro ficar investido.

Dentro da Renda Fixa temos os Fundos de Curto Prazo, são os quais o gestor aplica o dinheiro dos investidores em títulos públicos ou privados, pré ou pós-fixados e que o prazo não seja maior que 365 e menor que 60 dias. Este tipo de investimento é indicado para investidores conservadores por acontecer em um espaço de curto prazo de tempo e por serem menos sensíveis às oscilações do mercado de juros em nosso país.

Existem os títulos de Renda Fixa pré-fixados e pós-fixados. Os títulos pré-fixados são aqueles em que o valor do resgate é definido já no momento da aplicação. É a soma do valor investido, com a taxa de juros pré-determinada. Nos títulos pós-fixados, o investidor só saberá o valor de sua rentabilidade no momento do resgate, pois o rendimento é a soma do valor aplicado, mais uma taxa de juros pré-determinada e o desconto da taxa de inflação do período.

O interessante desse tipo de fundo nomeado Renda Fixa, é que o gestor pode escolher alguns títulos considerados de maior risco, mas por outro lado, estes podem trazer maior rentabilidade. Além disso, são permitidas algumas estratégias que não são utilizadas nos Fundos de DI e Curto Prazo.

As vantagens de investir em títulos de renda Fixa é que o gestor tem a possibilidade de diversificar o portfólio de investimentos, tendo também baixa volatilidade, o que torna o retorno potencial previsível. Permitindo ao investidor maior poder de gerenciar seu risco, já que quanto mais baixo for o risco do emissor, menor o risco de sofrer uma não liquidação da dívida pela instituição que emitiu.

Ao investidor seus recursos em um títulos de renda fixa, seja ele emitido pelo governo ou por uma empresa privada, você está emprestando a quantia investida ao emissor do título para, em troca, depois de certo período, receber o valor aplicado, acrescido de juros pagos como forma de Remuneração de seu empréstimo.

4.3 Títulos Privados

Debêntures são títulos emitidos por empresas de capital aberto que buscam captar recursos fora, no mercado, é um título de crédito ao portador que é representado por uma dívida, juros, garantia pelo patrimônio do emitente; obrigação ao portado; Com a compra de uma debênture, o investidor concede recursos à empresa, tornando-se credor da mesma.

As remunerações das debêntures podem variar muito, podendo ser representada por juros fixos ou variáveis, podendo também ser conversíveis em ações.

Mendonça tem como definição de debêntures como: “títulos uniformes, de valor igual, emitidos pela sociedade anônima como frações daquele empréstimo, servindo de prova do direito dos mutuantes e da obrigação da mutuaría [...]” (1959, p.97).

Tomazette (2004) conceitua as debêntures como:

[...] títulos representativos de um empréstimo público lançado pela sociedade. Cada emissão de debêntures representa um empréstimo realizado, tendo um caráter unitário. A sociedade ao decidir a emissão das debêntures está fazendo uma oferta de um contrato de mútuo, que se completa com a subscrição dos títulos, que representaria a aceitação do contrato (2004, p. 291).

A companhia divide a soma pretendida em vários títulos emitidos em série. Quem subscreve o título está emprestando dinheiro para a emitente, e em contrapartida objetiva recebimentos anuais parciais, ou outras vantagens que tais valores mobiliários podem assegurar, ou ao menos, a restituição dos valores emprestados no vencimento. (2004, p. 291-292).

4.4 Tipos de Debêntures

Segundo site de Debêntures (2015), mantido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (AMBIMA), identifica as debentures como conversíveis, não conversíveis e permutáveis de acordo com as informações que segue:

- a) **Conversíveis:** Pode-se optar em converter as debentures em ações após determinado prazo a partir da data de sua emissão, por opção do investidor.
- b) **Não Conversíveis:** Recebem os juros e correção monetária e as debentures, o credor pode escolher em transformar seus títulos em ações que não as da empresa que as emitiu, respeitando em determinado prazo após a emissão, essas debentures não conversíveis o prazo é de um ano.
- c) **Permutáveis:** Oferecem ao investidor a possibilidade de transformar os títulos em ações de empresa, que não a própria emitente das debêntures.

4.5 Notas Promissórias

É o título de crédito emitido por companhias abertas. Para a colocação pública, que se refere ao titular o direito de crédito em relação a quem emite. Conhecido também como commercial papers, títulos de curto prazo emitidos pelas empresas para financiar seu capital de giro.

Segundo Coelho (2002), a nota promissória é uma promessa de pagamento, cujo saque gera, em decorrência, 2 (duas) situações jurídicas distintas: a de quem, ao praticar o saque, promete pagar; e a do beneficiário da promessa. Já Almeida (2008) diz que a Nota Promissória é uma promessa de pagamento, que envolve duas partes o emitente e o beneficiário.

As notas promissórias permitem que o investidor venda o seu título antes do vencimento para outro, transferindo sua titularidade. Os riscos referentes as perdas de capitais podem ser relacionados desde a

incapacidade da empresa em quitar com seus compromissos, constantes na escritura de emissão, até a desvalorização do capital investido.

4.6 Títulos Públicos

Os títulos públicos possuem finalidade de captar recursos para financiamento da dívida pública e também de atividades do Governo Federal, como educação, saúde e infraestrutura.

De acordo com o site do Ministério da Fazenda, as principais vantagens de investir no tesouro direto são: O Tesouro direto é uma opção em termos de rentabilidade, taxas de administração baixa, possibilidade de diversificar os investimentos, gerenciar seus investimentos com comodidade, segurança e tranquilidade, liquidez é garantida pelo tesouro Nacional.

Já a Letra do Tesouro Nacional, tem rentabilidade definida no momento da compra, seu vencimento é de curto prazo, sua forma de pagamento é na data de vencimento do título. O pagamento de juros é realizado somente no seu vencimento, especuladores que apostam na queda da taxa Selic, também investirão nesta Letra do tesouro Direto. Letra Financeira do Tesouro, papéis com vencimentos em prazos curtos, são emitidos com taxas pós-fixadas e vinculadas à taxa básica de juros (SELIC), pagamento é realizado no final do período, valor nominal acrescido do respectivo rendimento, desde a data base do título.

Então pode-se perceber que a Renda Fixa está composta em: Curto Prazo- Onde o gestor aplica o investimento em títulos públicos ou privados, pré-fixados ou pós-fixados, o prazo fica entre 375 dias no máximo e 60 dias no mínimo.

Os fundos de curto prazo são indicados para quem é mais conservador, pois os vencimentos dos títulos acontecem num prazo curto. Nos Fundos de DI aplicam 95% de seu patrimônio em ativos que acompanham diretamente o CDI. É mais indicado nos momentos em que as taxas de juros do Brasil estão subindo, porque o seu investimento vai ter mais lucratividade ou menos dependendo se a taxa de juros subir o descer.

O gestor pode investir, em títulos públicos ou privados que sigam a taxa de juros ou algum índice de preço. Exemplo: Fundos de créditos privados.

5 RETORNO DO INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

O retorno do investimento é definido como o ganho ou perda proporcionado pelo investimento em determinado período de tempo. De acordo com Olivo (2013, p. 29), na renda fixa, não há ganho ou perda de capital, mas apenas recebimentos de juros. Assim, o retorno, também conhecido como rentabilidade é conhecido como: retorno, resultado dos juros obtidos em um investimento.

Exemplo: Um CDB pós-fixado no valor de R\$ 50.000,00 rendeu juros de R\$ 1.000,00 no mês. Qual seu retorno? $1.000/50.000=0,02=2\%$. Assim o retorno do investimento foi de 2% ao mês, já que representou o ganho de R\$1.000 em um total de R\$50.000.

Hoje os bancos dispõem diversas formas de aplicações de renda fixa, porém será abordado apenas Caderneta de Poupança e os Fundos DI, que são os mais populares e mais procurados pela maioria dos investidores de renda fixa. O investidor que aplica nesse tipo de investimento está de certa forma, emprestando dinheiro ao emissor do título, em troca dos juros que vai receber pelo empréstimo.

De acordo com a notícia do economista Canteli (2015), investir em Renda Fixa e de disponibilidade interna, são atualmente as melhores opções no médio e longo prazo, segundo afirmam economistas consultados pelo Jornal de Jundiá Regional. A caderneta de poupança terminou o ano de 2014 com ganhos de 0,63% acima da inflação, segundo informou o Banco Central, o que torna os títulos com rendimento fixos mais vantajosos.

“Títulos como CDB e FBI têm rendimento, em média de 9,5%. Mesmo se descontarmos a inflação e Imposto de Renda, o ganho ainda é melhor do que a poupança” explica o economista Messias Mercadante. No entanto o economista alerta que é preciso observar a taxa de administração cobrada pelas instituições financeiras. “Se a taxa for mais do que 1% já não compensa”, diz.

Investir em ações baratas também pode ser uma boa opção, mas isso só vale para quem tem um bom montante disponível e conta com ajuda profissional. “Quem dispõe de até R\$100 mil para investir o melhor caminho é manter tudo e renda fixa. Compras ações é coisa de grande investidor, a partir de R\$ 500 mil, afirma o economista Cantelli (2015).

Para Calixto (2015), sócio da Empírica Investimentos, a renda fixa deve ganhar mais espaço nas carteiras dos investidores no ano que vem, pela alta dos juros e pela incerteza e instabilidade da bolsa de valores, a exemplo do que ocorreu em 2014.

Nesse ambiente, a segurança ganha mais força. Os pós-fixados em juros especialmente devem ter a preferência, diante da expectativa de novas altas dos juros, com os mercados de LCI e LCA, corrigidos pelo juro diário e isentos de imposto, continuando fortes.

5.1 Investimento com Planejamento Financeiro

Planejar significa ter um objetivo e se programar para realiza-lo, o planejamento financeiro visa estabelecer uma estratégia para atingir objetivos desejados e facilitar a vida financeira. No planejamento a estratégia utilizada pode ser de curto, médio ou longo prazo, toda empresa, para crescer à longo prazo, precisa ter um foco ou um objetivo e assim também o indivíduo precisa saber antecipadamente as metas que pretende atingir, pois com objetivos e metas traçadas se torna mais visível a possibilidade de conquistar o planejamento financeiro.

No mercado competitivo, produção e venda de bens não são mais suficientes, há necessidade de controle e segurança com as finanças do empreendimento. Esse processo requer tempo e metodologia capaz de produzir informações de qualidade e em tempo hábil para as tomadas de decisão.

O planejamento financeiro se dá através de um conjunto de ações, controles e procedimentos, possibilita, entre outras coisas, montar um orçamento, acompanhar as contas, saber se há sobra ou falta de

recursos, tomar providências para nivelar o orçamento, no caso de falta, fazer investimentos, no caso de sobra de recursos.

A informação precisa dos recursos ou faltas deles, permite ao administrador o melhor gerenciamento da empresa e se necessário buscar recursos ou fazer investimentos, podendo assim adiar compromissos, antecipar projetos, é uma garantia de mudança de planos com tempo e recursos necessários para que não afete o andamento da empresa.

Em suma, um planejamento financeiro bem projetado é indispensável à vida saudável e o bom andamento das empresas e das pessoas, porque possibilita com antecedência os possíveis resultados. que caminhos estão sendo trilhados, visando maximizar os resultados econômico-financeiros. Isso resulta em tranquilidade e menos estresse à vida das pessoas.

É imprescindível que o processo do planejamento e o fluxo de caixa, proponham alternativas de ações para cada situação nova que aparecer, pois, quanto maior a incerteza do futuro, mais flexível terá de ser o planejamento econômico-financeiro da empresa, em termos de seu fluxo de caixa e mais frequente deverá ocorrer o seu controle (ZADANOWICZ, 2004).

Oliveira (1999) comenta que o planejamento estabelece uma situação futura que se deseja e quais são as linhas de ação necessárias para atingir ou se aproximar deste objetivo, quais as atitudes poderão ser tomadas com antecedência, levando em conta as condições internas e externas para a evolução da empresa. Podendo ser flexível, permitindo alternativas para substituir os planos existentes quando os desdobramentos econômicos e financeiros divergem dos padrões esperados (GROPPELLI, 2013).

5.2 Controle Financeiro

O controle é uma função do processo administrativo e financeiro, que mediante as comparações de padrões da empresa previamente estabelecidos, tem como finalidade avaliar e medir os desempenhos e resultados das ações tomadas pelos sócios ou representantes da empresa. Tem a finalidade de realimentar os tomadores de decisões, para que esses possam reforçar esse desempenho ou até mesmo interferir em possíveis perdas.

Definir uma política de gastos com procedimentos para garantir que o dinheiro seja gasto de forma segura, definir quem pode investir e quanto pode investir. É através do investimento, que se conseguem melhores retornos sobre a poupança formada, ajudando a melhor organizar o alcance de seus objetivos.

Investir dentro de um contexto amplo dependerá do capital inicial disponível para o investimento e dos seus aportes mensais de poupança, para assim formar um portfólio que obterá uma taxa de retorno.

O controle financeiro se torna uma prática fundamental no dia-a-dia, o que pressupõe que o investidor possa antever possíveis acontecimentos e se preparar melhor para enfrentá-los. O planejamento e controle financeiro são de fundamental importância para a sustentação de uma empresa, tanto com vistas à sobrevivência desta como para seu desenvolvimento, competitividade e perenidade.

Entre as ferramentas utilizadas pelos gestores, para possibilitar esta sustentação, está o Fluxo de Caixa, que se constitui de um controle o qual proporciona auxílio na visualização e compreensão das movimentações financeiras ocorridas, em determinado período.

Para implantar controles financeiros adequados a empresa é necessário que esteja informatizada, pois o objetivo é viabilizar e facilitar o desenvolvimento do negócio, uma gestão financeira saudável evita contrair juros altos de investimentos plicados de maneira errada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram apresentados modelos, métodos e formas para os investimentos, entretanto não foi definido um modelo ideal para o investimento, pois dependerá da necessidade de informação de cada investidor. Para alcançar bons resultados, faz-se necessário que o investidor tenha conhecimentos do investimento, com isso poderá tomar decisão de aplicar seu capital em um fundo que lhe deixe seguro e que as metas estabelecidas sejam alcançadas ao final do investimento.

Quanto ao assunto planejamento, vale observar que este é realizado em ato contínuo, portanto planejar é essencial para tracejar metas a serem alcançadas. O planejamento financeiro de curto ou de longo prazo deve ser eficaz, pois o investidor está empregando seu capital com a finalidade de obter lucros. Portanto os planos financeiros e planejamentos estratégicos antecipam as previsões futuras e determinam quais as ações a serem realizadas para que as metas estabelecidas no início do projeto sejam alcançadas.

Mas antes de investir, o ideal é buscar o histórico de investimento daquele fundo e procurar instituições que se realmente confie, para após efetuar sua aplicação, é importante também que você conheça muito bem as características do investimento, verificando se o mesmo atende ao nível de risco, retorno e tempo de aplicação definidos em seu planejamento.

Além disso, conclui-se que é necessário ao investidor buscar informações sobre os tributos (impostos, contribuições etc.) e outros encargos que serão cobrados no investimento escolhido, pois todos estes fatores influirão nos ganhos (rentabilidade). Não se esquecendo de verificar também a solidez da instituição ou do administrador do investimento, e, principalmente, verificar o registro dos mesmos na CVM.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. Teoria Prática dos Títulos de Crédito. 27. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAL. Disponível em: <http://portal.anbima.com.br/Pages/home.aspx> Acesso em 29 abr 2015.

AVALIAÇÃO NO DESEMPENHO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/fgr/arquivos/avaliacao_fundosbrasil.pdf Acesso em 31 mar 2015.

AZEVEDO, M. C. Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras. Edição Especial. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2013 Edição Especial.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/album/a3.asp?idpai=HISTDIN>> Acesso em 31 mar 2015.

CAMARGO, C. Análise de Investimentos e Demonstrativos Financeiros. 20. ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

CAMARGO, C. Planejamento Financeiro. 1ª ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

CAMLOFFSKI, R. Análise de Investimentos e Viabilidade Financeira das Empresas. Editora Atlas S.A 2014.

CANTELI, G. Renda Fixa é melhor do que Poupança. Disponível em: <http://www.jj.com.br/noticias-10514-renda-fixa-e-melhor-do-que-a-poupanca>. Acesso em: 20 maio 2015.

COELHO, F. U. Manual de Direito Comercial. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

COMO INVESTIR. Disponível em: <http://www.comoinvestir.com.br/titulos-publicos/paginas/default.aspx#fragment-1> Acesso em: 31 mar. 2015.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em : <http://www.cvm.gov.br>> Acesso em: 24 mar 2015.

FGV DIREITO. Disponível em:
http://academico.direitorio.fgv.br/wiki/Almeida,_Amador_Paes_Teoria_e_Pr%C3%A1tica_dos_T%C3%ADtulos_de_Cr%C3%A9dito_26.ed_-_Nota_Promiss%C3%B3ria Acesso em: 31 mar 2015.

FINACON - Finanças Corporativas. Disponível em: <http://finacon.com.br> Acesso em: 24 mar. 2015.

FORTUNA, E. Mercado Financeiro. 19 ed. São Paulo: Qualitmark, 2003.

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GROPPELLI, A. A. NIKBAKHT, E. Administração Financeira. Edição Especial, São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

GRUPO DE ECONOMIA/FUNDAP. Disponível em:
<http://novo.fundap.sp.gov.br/arquivos/pdf/Boletim4_tema_desafios%20financ.pdf> Acesso em 31 mar 2015.

JUNIOR, A. B. L. Administração Financeira: Princípios Fundamentos e Práticas Brasileiras. 10ª ed. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2010.

KLAPPER, L. S. V. V. O desenvolvimento de fundos mútuos. *Emerging Markets Review* v. 5, n. 1, 2004.

LUME- REPOSITORIO DIGITAL. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16810>. Artigo Científico. Acesso em 24 mar 2015.

MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2015.

MENDONÇA, J. X. C. Tratado de Direito Comercial Brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1959 v. IV.

MOTTA, R. R. Análise de Investimentos: Tomada de Decisão em Projetos Industriais. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

OLINQUEVITCH, J. L. Análise de balanços para controle gerencial: demonstrativos contábeis exclusivos do fluxo de tesouraria.../ José Leônidas Olinquevitch, Armando de Santi Filho. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

OLIVO, R. L. F. PLT Análise de Investimentos. Edição Especial. São Paulo: Editora Alínea, 2013.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2012.

PADOVEZE, C. L. Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária. 7 ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora Atlas 2011.

RECENTE PERFORMANCE ANALYSIS OF MUTUAL FUNDS IN BRAZIL Análise do Desempenho Recente de Fundos de Investimento no Brasil. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1156606. Acesso em: 31 mar. 2015.

REDALYC- Red de Revistas Científicas da América Latina. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2051/205114657003.pdf>. Acesso em: 24 de mar 2015.

SILVA, J. P. Análise Financeira das empresas. 11 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

TOMAZETTE, M. Direito Societário. 2 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

ZDANOWICZ, J. E. Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 7 ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1998.